



PODER

Transferência sinaliza delação de Vorcaro

Mendonça autoriza a mudança do dono do Banco Master da Penitenciária Federal para a carceragem da Superintendência da PF. Empresário assina termo de confidencialidade com investigadores da PGR e PF para colaboração premiada

» VANILSON OLIVEIRA

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, foi transferido ontem à noite do Presídio Federal de Brasília para a Superintendência da Polícia Federal (SPF), na Asa Sul, em Brasília. A mudança foi autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e é vista como um indicativo de que estão em andamento negociações para um acordo de delação premiada.

Vorcaro já assinou um termo de confidencialidade com investigadores da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal para formalizar o início das tratativas da colaboração premiada.

Ele chegou à sede da PF, ontem, de helicóptero, por volta das 19h. Desceu da aeronave vestindo uniforme prisional, cabisbaixo e algemado nas mãos e nos pés. Policiais fortemente armados fizeram a escolta até a cela.

A defesa do empresário havia pedido que ele cumprisse prisão domiciliar, mas o relator do caso optou pela transferência para a sede da Polícia Federal.

Vorcaro deve permanecer em uma cela com padrão semelhante àquela em que ficou o ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL), detido após violar a tornozeleira eletrônica — posteriormente, o ex-chefe do Executivo foi transferido para a Papudinha, devido à condenação a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outro crimes.

A mudança na estratégia de defesa ocorreu na semana passada, após o Supremo formar maioria para manter a prisão de Vorcaro. O ex-banqueiro dispensou os advogados Pierpaolo Bottini e Roberto Podval e contratou Luís Oliveira Lima, conhecido como Juca, criminalista com experiência em acordos de colaboração premiada, incluindo atuações na Operação Lava-Jato.

Desde então, a nova equipe jurídica passou a intensificar interlocuções com integrantes do Supremo e da Polícia Federal. Na última terça-feira, Juca, que coordena um grupo de mais nove advogados, esteve com o ministro André Mendonça e com delegados da PF, o que aumentou as especulações sobre uma possível delação no âmbito das investigações envolvendo as fraudes do Master.

O caso tem origem na crise que levou à liquidação extrajudicial do Master pelo Banco Central, em novembro de 2025. A instituição enfrentava um colapso de liquidez após oferecer rendimentos elevados para atrair investidores, o que

Reprodução/YouTube



Pronto para falar: Vorcaro começou a negociar nesta semana com os órgãos de investigação e com o STF sobre a possibilidade de uma delação

Saiba mais

» Ao assinar o termo de confidencialidade com investigadores da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal para formalizar o início das tratativas da colaboração, o ex-banqueiro Daniel Vorcaro fica impedido de divulgar o conteúdo do que está sendo negociado.

» A defesa do

empresário havia solicitado a saída dele da penitenciária federal sob o argumento de que o funcionamento do estabelecimento dificultava as conversas com o cliente e as negociações sobre a delação.

» A expectativa é de que Vorcaro também negocie benefícios para familiares que entraram na mira

das investigações, como seu pai, Henrique, e sua irmã Natália. Nos bastidores, investigadores avaliam que o banqueiro deve entregar “novos caminhos de provas” e novos dados. Isso porque um celular do dono do Master, apreendido em novembro do ano passado, já forneceu uma grande quantidade de informações sobre negócios de

Vorcaro e aliados. O ministro Dias Toffoli deixou a relatoria do caso no Supremo após a PF identificar no celular do empresário menções ao magistrado.

» De acordo com pessoas que acompanham o processo, ainda não foi montada a lista dos assuntos que o empresário vai abordar nem das pessoas que vai delatar.

Instalações

A cela é uma sala adaptada para a detenção individual. Tem uma cama de solteiro, frigobar, mesa com cadeira, televisão, ar-condicionado, janelas e banheiro privativo.

levantou suspeitas sobre a sustentabilidade das operações.

As investigações apontam para um esquema de fraudes estimado em cerca de R\$ 17 bilhões, envolvendo a criação de carteiras de crédito fictícias e tentativas de negociação desses ativos com o Banco de Brasília (BRB), com o objetivo de ocultar inconsistências contábeis.

Vorcaro foi preso no mesmo dia

da liquidação do banco, durante a Operação Compliance Zero, conduzida pela Polícia Federal. Após um período em liberdade sob medidas cautelares, ele voltou a ser detido no início de março, diante do avanço das investigações. Dos nove aparelhos celulares encontrados com o empresário, oito ainda estão sendo analisados pela Polícia Federal.

As diligências também resultaram no afastamento de servidores

do Banco Central e na liquidação de outras instituições financeiras ligadas ao esquema, como a Reag Investimentos e o Banco Pleno.

Além dos crimes financeiros, o ex-banqueiro é investigado por suspeitas de pagamentos indevidos a agentes públicos e pela suposta estruturação de um grupo para monitorar autoridades e intimidar adversários, o que elevou a gravidade do caso. (Com Agência Estado)

Entenda o acordo

- » A delação premiada, ou colaboração premiada, está prevista na Lei nº 12.850/2013. Trata-se de um acordo firmado entre um investigado e a Justiça, no qual ele fornece informações decisivas sobre um crime em troca de benefícios. O objetivo é desvendar esquemas complexos, identificar outros envolvidos e recuperar recursos desviados.
- » O processo pode ser iniciado pelo investigado, por meio de seu advogado, ou proposto pelo Ministério Público ou pela autoridade policial. A partir da manifestação de interesse em colaborar, são realizadas reuniões sigilosas para que o proponente apresente um resumo do que pretende revelar. Se houver interesse mútuo, as negociações avançam para a formalização do acordo.
- » O documento final detalha os fatos a serem narrados, as provas que serão apresentadas e os benefícios que o colaborador receberá em troca. É fundamental que a colaboração seja voluntária, ou seja, sem qualquer tipo de coação. Após a assinatura, o acordo precisa ser validado por um juiz, que avalia sua legalidade e a voluntariedade do ato.
- » Os benefícios para quem colabora variam conforme a relevância das informações entregues. Eles podem incluir desde a redução da pena em até dois terços até o perdão judicial, que é a extinção completa da punição. Outras possibilidades são o cumprimento da pena em regime aberto ou semiaberto ou a substituição por medidas restritivas de direitos.
- » Se o delator mentir, omitir fatos importantes ou manipular provas, o acordo é imediatamente anulado. Nesse cenário, ele perde todos os benefícios negociados, e as informações que forneceu podem ser usadas contra ele. Além disso, pode responder por outros crimes, como obstrução de justiça.

CPMI convidará Galípolo e Campos Neto

A CPMI do INSS aprovou, ontem, os convites para que o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ex-chefe da autarquia Roberto Campos Neto depoñham à comissão sobre irregularidades envolvendo empréstimos consignados feitos por instituições financeiras.

Além dos consignados, Campos Neto, na mira do governo, e Galípolo, alvo da oposição, serão pressionados sobre a atuação da autoridade monetária no caso do Banco Master.

Investigação da Polícia Federal apontou que, durante a gestão de ambos (Campos Neto entre 2019 e 2024, e Galípolo de 2025 em

diante), servidores do Banco Central tinham ligações com Daniel Vorcaro, dono do Master.

Um dos suspeitos é Paulo Sérgio Neves de Souza, que foi diretor de Fiscalização do BC entre 2017 e 2023. Ele é apontado como “consultor informal” do banco e vendeu uma fazenda de café por R\$ 3 milhões para um fundo de investimentos ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

Outro é Belline Santana, que chefiou o Departamento de Supervisão Bancária em 2025. Ele também é acusado pela Polícia Federal de receber pagamentos de Vorcaro para atuar “de modo informal e reiterado em favor dos interesses” do Master.

Os dois teriam oferecido orientações sobre processos administrativos envolvendo o Master, revisado minutas de documentos que seriam enviados pela instituição ao regulador e tentado influenciar na análise de processos administrativos, segundo a corporação.

Os dois foram afastados do Banco Central em janeiro, quando foi aberta uma investigação interna para apurar o caso Master.

A CPMI também aprovou o compartilhamento de provas da CPMI do Crime Organizado sobre as quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico, telemático de Fabiano Zettel.

Ed Alves CB/DA Press



Galípolo e Campos Neto serão pressionados sobre a atuação do BC no caso do Banco Master